

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)  
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

## PRIMEIRA VERSÃO

ANO I, Nº27 - NOVEMBRO - PORTO VELHO, 2001  
VOLUME II

ISSN 1517-5421

EDITOR

**NILSON SANTOS**

CONSELHO EDITORIAL

**ALBERTO LINS CALDAS** - História  
**ARNEIDE CEMIN** - Antropologia  
**FABÍOLA LINS CALDAS** - História  
**JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL** - Geografia  
**MIGUEL NENEVÉ** - Letras  
**VALDEMIR MIOTELLO** - Filosofia

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times  
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"  
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775  
CEP: 78.900-970  
PORTO VELHO-RO

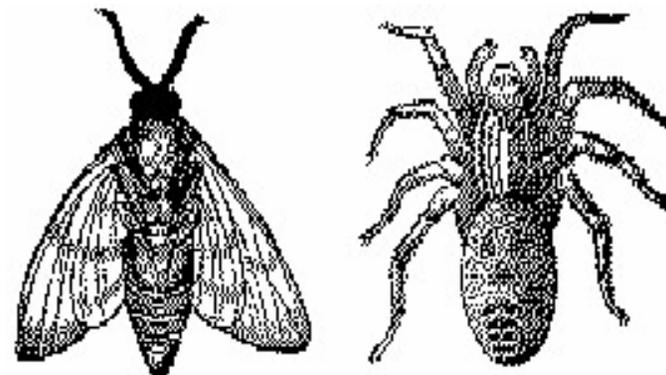
TIRAGEM 200 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

# PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

*lathé biosa* 27



**PENSANDO PORTO VELHO  
O JOGO DA TERRA EM RONDÔNIA**

**DUANNY DRAYTON NEVES  
TARCISIO PARADA DE CARVALHO  
FRANCISCO RÉGIS ALMEIDA  
BRUNO LEITE DA SILVA**



**Duanny Drayton Neves, Tarcisio Parada de Carvalho**

**Francisco Régis Almeida, Bruno Leite da Silva**

Alunos do curso de Economia - UFRO

vladimirovisk@bol.com.br

**PENSANDO PORTO VELHO**

O JOGO DA TERRA EM RONDÔNIA

Partindo da pressuposição que a disponibilidade do fator terra não é ilimitado, como inicialmente se referiam os clássicos até Ricardo, que passou a advertir sobre o problema da fixidez e dos rendimentos decrescentes, podemos lançar a discussão básica da economia - a escassez de recursos versus as necessidades ilimitadas do homem. Sendo limitado o fator de produção terra este deve ter uma plena utilização de forma racional que, além de atender à conservação dos recursos, sirva para erradicação do desemprego e subemprego. Como solução teremos que procurar combinar, no estado de Rondônia, fatores humanos e patrimoniais adequadamente, para tanto cabe analisar os projetos implementados na região e apontar que estes tinham um objetivo plenamente justificável do ponto de vista econômico, pois se os recursos são limitados sua utilização plena é imprescindível. Contrapondo-se aos ecologistas que defendem a preservação incondicional destes, nossa posição aqui é defender a conservação e não a preservação, ou seja, a utilização racional do fator terra e é justamente aí que nós encontramos os erros nos projetos colonizadores efetivados pelo INCRA, principalmente configurados no PA's.

Uma comparação exata ou mesmo aproximada entre os dados de 1970 e 1996 não seria viável, pois havia apenas dois municípios - Guajará-Mirim, Porto Velho - e hoje há mais de 50 municípios. Optamos pela comparação, numa primeira análise, apenas de 1970 a 1975, Pensávamos que por serem regiões de colonização antiga, sua concentração fundiária estava relacionada a isso, porém foi impressionante notar que essa relação na verdade não existia.

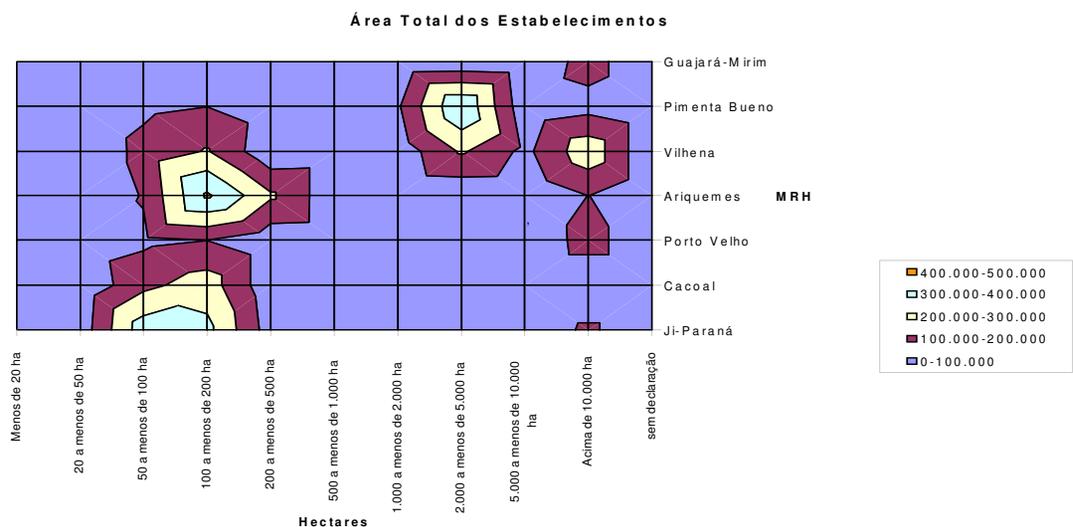
As áreas destinadas a agricultura familiar (abaixo de 200 ha) em 1970 representavam 13,64% da área total do município de Porto Velho, enquanto as áreas acima de 10.000 ha representavam 27,15% desse mesmo montante; em Guajará-Mirim estes dados eram respectivamente 10,51% e 12,25%. Passando para 1975 temos, em Porto Velho as áreas destinadas a agricultura familiar, 52,74%; acima de 10.000 ha ,10,12%. Já em Guajará-Mirim as áreas abaixo de 200 ha, 41,10%; acima de 10.000 ha 47,44%. Percebe-se logo que Guajará-Mirim caminhou no sentido inverso ao percorrido por Porto Velho, crescendo a sua concentração relativa, estava injustificada a explicação histórica dos números atuais de concentração, haja vista que se parti de números de concentração pequenos.

Neste período (70-75) se efetivou os Projetos Integrados de Colonização "PIC's" criado para agricultores de baixa renda com áreas médias das parcelas de 100 ha, este projeto diz respeito a implantação e organização territorial. Os PIC's totalizaram uma área de 1.368.602 ha e foram efetivados entre 1970-1974, porém, enquanto no município de Porto Velho (que compreendia os atuais municípios de Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Pimenta Bueno e Ariquemes em 1975), constatou-se 3 PIC's, em Guajará-Mirim houve apenas um (Sidney Girão) com uma área pequena em comparação com a total, 76.300 ha.

Entre 1975 e 1980 as terras aráveis em Rondônia passaram de 3.082.053 ha para 5.223.631 ha, neste mesmo momento o estado teve uma nova separação municipal, passando de dois (Porto Velho e Guajará-Mirim) para sete (Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Porto Velho e Vilhena). Quando isto aconteceu, elucidou-se a ação dos grileiros e posseiros em Pimenta Bueno, onde anteriormente existiu uma demarcação de lotes com aproximadamente 2.000 ha, fazendo com que esta região apresentasse nível elevado de concentração, que se pode verificar no gráfico (área total dos estabelecimentos).

Contribuiu para o processo de concentração verificado em Pimenta Bueno, Porto Velho, Guajará-Mirim, a regularização fundiária em demarcação que, legitimava a alienação das terras em favor de um único pretendente, (o INCRA passou a alienar áreas de até 500.000 ha para companhias de colonização, 72.000 ha para projetos madeireiros, 66.000 ha para projetos agropecuários e regularizou títulos adquiridos ilegalmente até 66.000 ha) "O INCRA se convertia então num imenso cartório público regularizando as terras dos grileiros e posseiros" (Citado por José Malory Popermayer). Surgindo o que podemos chamar de paradoxo do INCRA, estaria ele a promover a concentração num estágio inicial da colonização?

O último PIC, em 75 na região de Ariquemes/Ji-Paraná, mudou a estratégia de colonização empregada pelo INCRA, para os PAD 's (projeto de assentamento dirigido) no qual o órgão governamental assume a responsabilidade de organização territorial e de infra-estrutura, sendo que os beneficiados precisam ser mais especializados do que um sem terra. Os lotes eram um pouco maiores com áreas médias de 100 ha a 250 ha, totalizou o PAD um montante de 799.586 ha. Estes projetos foram centralizados no município de Ariquemes, explicando desta forma a desconcentração desta região: (fonte: IBGE)



É comum no entanto se observar que em projetos mais antigos como o de Ji-Paraná “dois ou três lotes são ocupados pela mesma família, isto provoca o que podemos chamar de minifundização dos estabelecimentos” (PERCIVO)

No início da década de 80, Rondônia registrava um total de terras aproveitadas para cultivo de 5.222.593 ha; em 1985 houve um aumento de 809.986 ha, resultando num total de 6.032.579 ha, apresentado uma ampliação até 1996 de 2.857.861 ha, contabilizando assim 8.890.440 ha. O estado já representava uma nova fronteira agrícola para o Brasil recebendo um intenso fluxo migratório, naquele contexto histórico, o governo achou necessário a criação de um projeto que correspondesse a demanda por terras. Ele permaneceu em execução até a metade da década, o que contribuiu para uma divisão menos desigual das terras, porém esta colonização dirigida que se verificou não constituiu um sucesso, porque ao longo do processo o Estado perdeu sua direção, como exemplo de tal fato, pode-se citar “a extensão dos limites dos projetos realizados pela pressão da ação dos grileiros e posseiros” (idem)

O projeto implementado pelo INCRA, para atender as exigências do governo foram os PA´s - projeto de assentamento acelerado, com parcelas entre 25 ha a 50 ha. As terras dos programas de assentamento acelerado somaram 566.217 ha e localizaram-se entre 1981-1984. Nos PA´s a dimensão dos lotes corresponde à metade da área dos lotes dos PIC´s, a localização desses projetos se dá em áreas próximas às dos projetos de colonização já implantados, “ a forma como tem sido conduzida sua execução pelo INCRA - as terras são apenas divididas e abertas as picadas até os lotes, dificultando o acesso e a ocupação efetiva dos mesmos - permite abstrair que os projetos de assentamento acelerado constituem-se em reservatórios de força de trabalho àqueles projetos mais antigo”. (LOPE, 1983: 27)

O modelo da pequena produção imposto pelo PA´s apresenta fatores de desestabilização, pois o produtor é abandonado a sua força de trabalho, sendo o migrante, futuro produtor, considerados por natureza “economicamente frágil” (SEPLAM - Indicadores sócio-econômicos das cidades), aprendeu cedo que não deveria contar com o crédito das instituições financeiras, devido ao fato do pequeno produtor ter receio em perder a terra por não conseguir pagar o empréstimo.

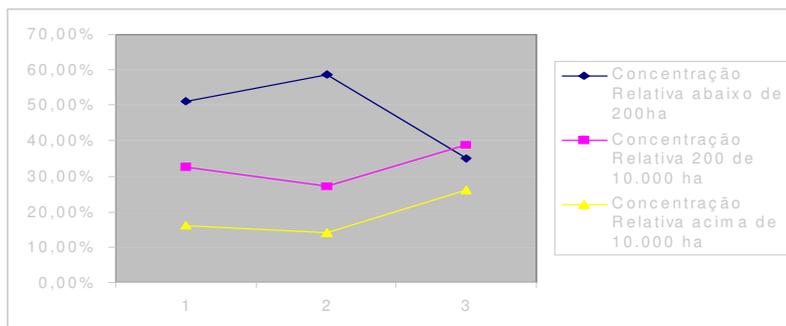
Em 1980, as áreas abaixo de 200 ha representavam 51,17% da área total utilizada como fator de produção, passando para 58,56%, em 85. Nas áreas acima de 10.000 ha observou-se que, em 80, estas representavam 16,17% das terras e em 85 ocorreu uma queda desse índice para 14,03%; porém se deve avaliar esta queda apenas em termos relativos, pois, na verdade, ocorreu no período um aumento absoluto de 183.362 ha das terras contidas nesta faixa de análise.

O aumento significativo das áreas familiares ocorreu pela ação do PA`s, mas nós não podemos encarar este programa como uma forma de assentamento efetivo, tendo em vista que pela maneira como foi conduzido, não apresentando um estudo detalhado da terra, um melhor investimento em infra-estrutura e pelo pequeno porte dos lotes, fez com que tempos depois houvesse uma concentração das terras, verificada no período de 11 anos (85-96).

Em 96 as áreas abaixo de 200 ha regrediram para apenas 35,09% das áreas cultivadas. Fato de grande importância, revelador do que se passou nesses últimos 11 anos citados, é ter existido não só uma concentração relativa, ou seja, em termos de porcentagem, mas também uma concentração absoluta, pois as áreas destinadas a agricultura familiar retrocederam 413.169 ha, não obstante o fato das terras aráveis sofrerem ampliação de quase 3 milhões de hectares, esta absurda concentração foi explicada no parágrafo anterior ao falarmos sobre o PA`s.

Entre 1985 e 1996, verificou-se que a faixa de análise acima de 10.000 ha teve sua participação relativa quase dobrada de 14,03% indo para 26,05%, isso significa que as terras contidas nessa faixa se ampliaram em 1.453.473 ha.

Observe o gráfico de comparação entre 1980-1996 (obs.: 1-1980, 2-1985, 3-1996):



Fonte: IBGE

Devido à falta de uma política dirigida nas áreas das atuais microrregiões Porto Velho e Guajará-Mirim, podemos considerá-las regiões de tradicional concentração de terra, em 1996 a relação das áreas acima de 10.000 ha era 43,50% e 66,76% das áreas cultiváveis respectivamente. Comparando com os dados de 85 temos para o mesmo grupo de área total 14,95% em Porto Velho e 23,03% em Guajará-Mirim.

As microrregiões de Cacoal, Ariquemes, Ji-Paraná e Colorado D'Oeste, configuram hoje uma zona de melhor divisão das áreas de cultivo localizada no centro-sul do estado, pois estas receberam grande interferência dos órgãos governamentais, mas também encaminham-se claramente à concentração, é o que se verifica com os dados:

- 1- Cacoal, grupo de área total abaixo de 200 ha, (1985) 78,90% (1996) 48,41% e acima de 10.000 ha (1985) 0,00% (1996) 7,50%
- 2- Ariquemes, grupo de área total abaixo de 200 ha, (1985) 61,65% (1996) 36,03% e acima de 10.000 ha (1985) 10,71% (1996) 22,99%.
- 3- Ji-Paraná, grupo de área total abaixo de 200 ha, (1985) 82,38% (1996) 55,61% e acima de 10.000 ha (1985) 4,68% (1996) 18,19%.
- 4- Colorado D'Oeste, grupo de área total abaixo de 200 ha, (1985) 50,68% (1996) 28,25% e acima de 10.000 ha (1985) 26,41% (1996) 39,76%.

Vilhena se constitui uma exceção no estado, apresentando quedas relativas, em 1980 sua área acima de 10.000 ha contava com 26,79% do total, em 85 passou para 23,57% e finalmente em 1996 apresentava apenas 14,04% das suas terras na faixa aqui considerada. Isto se traduz na forma absoluta com quedas sucessivas de áreas concentradas: 7.958 ha (80-85) e 110.376 ha (85-96) (fonte: IBGE).

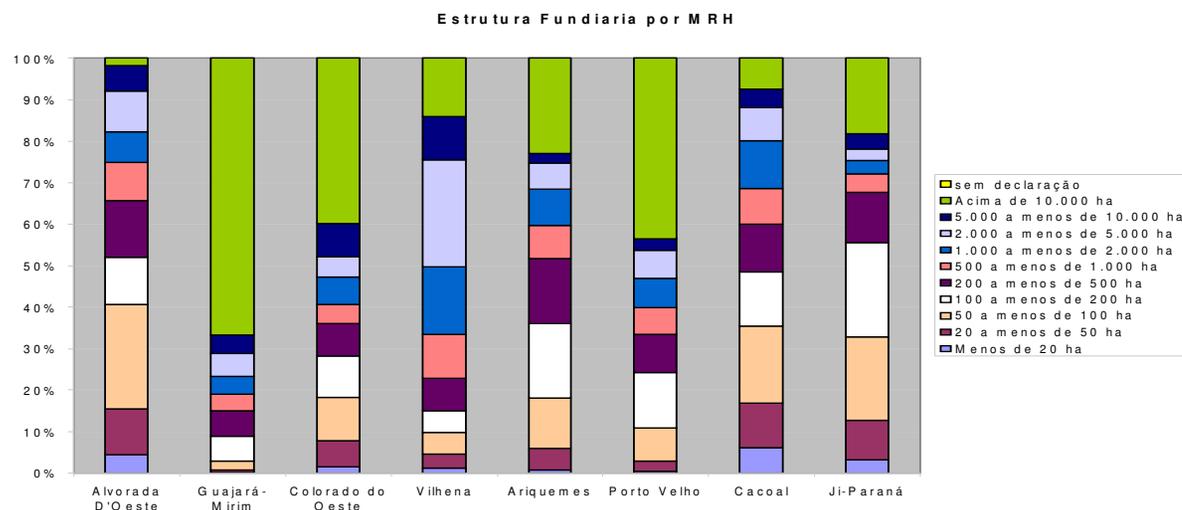


Gráfico representativo da situação atual da estrutura fundiária representativo de 1996, último censo agropecuário do IBGE

Apesar de não podermos fazer uma comparação no tempo da evolução da microrregião de Alvorada do Oeste, pois a mesma não existia, ressaltando-se que esta apresenta a melhor divisão da sua área cultivada por faixas do estado, isto se dá pelo fato de lá ter ocorrido os últimos projetos de colonização dirigida, com ressalva desta ser a menor microrregião hoje existente. Resta apenas avaliar o que isto representa em termos de produção agrícola e degradação ambiental.

A análise sobre a importância do Planaflo à estrutura fundiária é fundamental, mas tal comparação não é possível, pois durante o governo de Fernando Collor de Melo não houve censo agropecuário, assim, não podemos tirar conclusões baseados em outros dados, já que outros que viessem a existir poderiam apresentar distorções.

O estudo dos dados, mostra-nos ser a reforma agrária defendida hoje a colonização do estado de Rondônia de ontem, então não podemos cometer os mesmos erros efetuados anteriormente, assim, nos moldes defendidos, assentamento acelerado, desordenados e com pequenos lotes seria inviável. Defendemos uma postura mais conservadora e responsável de processar estes assentamentos; um processo dirigido pelo governo, com uma infra-estrutura adequada e assistência aos produtores, para que estes não abandonem suas propriedades voltando à concentrar as terras.

Relevante também é mencionar que consideramos o INCRA como sendo "o senhor absoluto na condução do processo de colonização" (MARROCOS) de 1970-1980, sendo apontado como o maior responsável pela estrutura fundiária verificada hoje.

Em suma, ao observarmos os projetos de colonização, notamos que os mesmos fizeram com que ocorresse uma grande desconcentração das terras nos períodos de 1970 até 1975, essa desconcentração só se repetiu no período de 1980 até 1985, quando o aumento do fluxo migratório exigiu a criação dos projetos de assentamento acelerado.

Em última análise a comparação dos dados de 1985-1996, leva-nos a concluir que se abateu sobre o estado de Rondônia uma intensa concentração das terras, nesta época, houve uma queda nas áreas destinadas a agricultura familiar de pouco mais de 400.000 ha, lembrando ter havido no mesmo período um aumento de 2.857.861 ha nas áreas utilizadas para cultivo. Este fato foi produzido pelo evidenciamento da falência dos projetos de colonização mal estruturados que procuravam assentar famílias de forma rápida, buscado aliviar as tensões no campo que existiam em outras regiões do Brasil.

### **BIBLIOGRAFIA**

AMARAL, José Januário, **TERRA VIRGEM, TERRA PROSTITUTA**. USP, Mestrado, São Paulo, 1994.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, Censo Agropecuária 1970, 1975, 1980, 1985, 1996.

MARROCOS, Manoel Filho, **MIGRAÇÃO E MALÁRIA EM RONDÔNIA SUAS HISTÓRIAS E RELAÇÕES**. FGV, Mestrado, São Paulo 1989.

PERSIVO, Silvio Rodrigues, **O XADREZ DAS TERRAS**. UFPA, 1985, Pará.

ROSSETI, José Paschoal, **INTRODUÇÃO À ECONOMIA**. Universidade Mackenzie, 8 ed. São Paulo, Atlas, 1980.

SANTOS, Carlos, **A TERRITORIALIDADE NA COLONIZAÇÃO RONDONIANA**. UFRJ/PPGG, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 1998.

## VITRINE

**DIVULGUE:**

PRIMEIRA VERSÃO  
NA INTERNET

**<http://www.unir.br/~primeira/index.html>**

Consulte o site e leia os artigos  
publicados

SUGESTÃO DE LEITURA

**DEPOIS DA QUEDA**  
**O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo**

**ROBIN BLACKBURN**  
Editora Paz e Terra

**RESUMO:** Reúne ensaios de diversos teóricos como Habermas e Hobsbawm sobre o colapso do comunismo a partir de 1989, apresentando a trajetória socialmente turbulenta e teoricamente em crise. Pela importância dos autores envolvidos nesta obra, e pela urgência do tema, este é um livro provocador com o leitor preocupado com os rumos do mundo contemporâneo.

**SUMÁRIO:** O reverso da utopia; Reflexões sobre a crise dos regimes comunistas; Modos possíveis de organizar: A revolução e a necessidade de revisão; Os fins da guerra fria; Resposta a Edward Thompson; Adeus a tudo aquilo; O socialismo após o colapso; Conversas sobre a nova ordem mundial; A nova agenda; A economia de um mercado socializado, renascendo das cinzas

**Áreas de interesse:** Filosofia, Política, História.

**Palavras-chave:** Socialismo, História, Política.

